



Pesquisa mostra que 78,5% das famílias brasileiras estão endividadas

Inflação oficial de junho fica negativa em 0,08%

Página 3

Alagoas ainda tem mais de 7 mil desabrigados e desalojados pela chuva

Página 10

O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer avançou 0,2 ponto percentual (pp) em junho, atingindo 78,5% das famílias no país. As que se consideram muito endividadas são 18,5% desse total. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que divulgou os números na terça-feira (11), este é o maior volume da série histórica, iniciada em janeiro de 2010. Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada mensalmente pela CNC.

De acordo com a CNC, o

aumento do número de endividados interrompeu uma sequência de quatro meses de estabilidade do indicador.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a economia brasileira passa por um cenário de endividamento e inadimplência crescente, e isso atinge a capacidade de consumo das famílias. “O equilíbrio entre os objetivos de estabilidade de preços e o crescimento econômico é um desafio a ser perseguido e que será determinante para a retomada do desenvolvimento do País”, aponta texto divulgado pela CNC sobre o resultado de junho. Página 3

Petrobras bate recorde de produção de gasolina e diesel S10 em junho

A Petrobras bateu recordes mensais de produção de gasolina e diesel S10, em junho, conforme informou na terça-feira (11), a companhia. Somente de gasolina foram produzidos 2,01 bilhões de litros, melhor resultado desde 2014. Já a produção de diesel S10, chegou aos 2,11 bilhões de litros, superando o recorde anterior de maio deste ano.

As vendas, segundo a Petrobras, acompanharam o aumento da produção. Em junho, as vendas registraram aumento, em relação ao mesmo período do ano passado, de 26% na gasolina, 2,9% no diesel S10 e 5,7% no querosene de aviação.

O Fator de Utilização Total (FUT) das refinarias da Petrobras no segundo trimestre atingiu a marca de 93%, de acordo com a companhia, o melhor resultado desde 2015. O FUT considera o volume de carga de petróleo processado e a carga de referência das refinarias, ou seja, sua capacidade operacional, respeitando os limites de projeto dos equipamentos, os requisitos de segurança e a qualidade dos derivados produzidos.

Na avaliação da Petrobras, os resultados revelam o aumento das vendas no mercado interno e a estratégia adotada pela Petrobras de investir em refino, “visando garantir o atendimento de seus compromissos comerciais com confiabilidade, disponibilidade operacional e rentabilidade das suas unidades”, diz em nota. (Agência Brasil)

CPMI do Golpe aprova quebra de sigilos de alvos da investigação



Foto: Luta Marques/ABF

Página 10

BNDES promete investir com foco em infraestrutura social e ambiental

Página 4

Em 6 meses, Governo de SP entrega 14 creches abre 1,8 mil vagas infantis

Página 2

Lula diz que semana foi vitoriosa, após aprovações no Congresso

Página 3

Esporte

WEC: Pietro Fittipaldi vence as 6 Horas de Monza na LMP2 com a JOTA Sport

O brasileiro Pietro Fittipaldi venceu no domingo (9) às 6 horas de Monza, quinta etapa do WEC, realizada no Autódromo Nacional de Monza com a equipe JOTA Sport. O brasileiro fez dois stints de alta performance durante a disputa, o que contribuiu para que o trio formado por ele e os dinamarqueses Oliver Rasmussen e David Heinemeier-Hansson conseguisse sair da pista italiana com o lugar mais alto do pódio.

Fittipaldi elogiou a equipe pelo ótimo desempenho durante a corrida no circuito de 5.793 metros, deixando o carro sempre entre os ponteiros na categoria LMP2 ao longo da disputa deste domingo.

“Hoje conquistamos em Monza nossa primeira vitória no WEC, um sentimento indescritível. Estou muito feliz. A gente mostrou muita velocidade nas últimas corridas, mas por razões fora do nosso controle, a vitória não vinha. Nesse final de semana, meus companheiros e eu tivemos um grande desempenho e finalmente as coisas deram certo para vencermos em Monza, que é uma pista histórica e, especialmente para mim, ‘de casa’, já que morei por três anos na Itália”, diz Pietro Fittipaldi, que tem os patrocinários de Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, PneuStore, Baterias Moura e Stake.

A próxima etapa do WEC acontece no Japão, com as 6 horas de Fuji, no dia 10 de setembro. Já pela F1, Pietro Fittipaldi entra na pista nesta semana com os testes oficiais de pneus em Silverstone com a Haas.



Pietro Fittipaldi

Copa Brasil de Kart

Carioca Gabriel Fernandes confirmado em duas categorias em SC

Um dos grandes nomes do kartismo nacional em 2023, o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel) só tem motivos para comemorar e agradecer. Afinal, graças às suas 15 vitórias e à liderança em três campeonatos, os seus apoiadores inscreveram o jovem de 13 anos de idade na 24ª edição da Copa Brasil, que será realizada entre 19 e 29 de julho no Kartódromo Beto Carreiro, em Penha (SC).

“Só tenho o que agradecer à Techspeed, aos meus patrocinadores e aos meus familiares. Se não fossem eles,

eu não teria alcançado tanto sucesso neste semestre, e não surgiria esta oportunidade de participar de duas categorias na segunda maior competição de kart do país”, agradeceu o piloto de Nova Iguaçu, na baixada fluminense, que competirá nas categorias Júnior e F-4 Júnior.

Gabriel Fernandes é líder do Campeonato Carioca de Kart, na categoria Júnior 125, com motor sorteado de 2 tempos Italsystem, a água. Em São Paulo ele lidera a V11 Aldeia Cup, na categoria F-4 Júnior, e nesta mesma modalidade domina amplamente a Copa São Paulo Light de Kart, onde já venceu o primeiro turno e está na ponta do segundo e terceiro turnos, que aconte-

cem em paralelo.

De mecânico a piloto.

Gabriel Fernandes corre pela equipe Nikima Racing/Dai Motorsport, gerenciada pelo seu pai e tio, com a colaboração de seus irmãos mais velhos. É uma estrutura familiar, com bases em São Paulo e Rio de Janeiro, onde o piloto também tem que colaborar arregaçando as mangas na montagem dos karts de seus clientes. E será isto o que ele irá fazer na primeira semana do evento no litoral de Santa Catarina. Entre os dias 19 e 23 de julho, estarão em disputa os títulos das categorias Mirim, Cadete, Júnior Menor, F4 Sênior, F4 Super Sênior, F4 Super Sênior Mas-

ter / 60+, Super F4 e KZ.

“Como teremos clientes correndo no Grupo 1 da Copa Brasil, eu estarei ajudando e aprendendo mais com o meu pai, tio, e meus irmãos. Com certeza levarei aprendizados para as minhas disputas na semana seguinte”, acredita Gabriel. No Grupo 2, entre 24 e 29 de julho, a disputa será entre os concorrentes da F4 Graduado, Mini 2T, Graduado, Novato, Sênior Am, Sênior Pro, Super Sênior e Super Sênior Master / 60+, F4 Júnior e Júnior, estas duas últimas onde o representante da Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel estará na briga

direta pelos títulos.

“Além da competência técnica da minha família, contarei com os chassis Techspeed, e na Júnior estarei utilizando os motores da DTR Motorsport. Isso me dá uma grande segurança para trabalhar no acerto fino do equipamento e tranquilidade para pensar na construção dos campeonatos, já que além de ter 24 concorrentes em cada categoria, são pilotos de altíssima qualidade”, conclui Gabriel Fernandes.

Gabriel Fernandes tem o apoio de Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel.

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 28° C / 16° C



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,86
Venda: 4,86

Turismo
Compra: 4,97
Venda: 5,05

EURO

Compra: 5,35
Venda: 5,35

Em 6 meses, Governo de SP entrega 14 creches abre 1,8 mil vagas infantis

Defesa Civil explica como ciclone extratropical no sul do país pode afetar SP

A Defesa Civil do Estado, por meio do CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências), informou que os efeitos da formação e o deslocamento de um centro de baixa pressão, com deslocamento ao oceano – ciclone extratropical, que atua na região sul do Brasil – serão sentidos no estado de São Paulo a partir da quinta-feira, 13, e contribuirão para formação de fortes rajadas de vento, com velocidades de até 90 km/h na Capital, Região Metropolitana de São Paulo, Vale do Ribeira e Itapeva.

Em Sorocaba, Serra da Mantiqueira, Campinas e São José dos Campos os ventos poderão atingir os 80 km/h. Embora o ciclone extratropical traga chuva para o sul do país, em São Paulo não serão registrados acumulados significativos.

Próximo ao fim de semana teremos significativa queda nas temperaturas, no entanto, este fenômeno acontecerá em razão de uma entrada de massa de ar frio no estado de São Paulo. Na sexta-feira, 14 a temperatura mínima na Capital poderá chegar aos 9°. Já os episódios de chuvas serão mais difíceis de ocorrer, e, estes, estarão associados à passagem de uma frente fria sobre o oceano.

Até quinta-feira, 13, o estado de São Paulo terá tempo firme e temperaturas mais elevadas ao longo do dia, com a máxima podendo chegar aos 31°C em Bauru e aos 33°C em Santos, já as mínimas ficarão na faixa dos 15°C na Capital e 17°C em Catanduva, na terça-feira, 11. Também não há previsão de chuva para nenhuma região do estado nos próximos dias.

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Educação, entregou uma nova creche no último dia 27, na cidade de Ribeira, no interior paulista. Com salas pedagógicas, berçários com fraldário e lactário, refeitório e banheiros, a unidade tem capacidade para atender 150 alunos de zero a cinco anos.

Essa foi a 14ª creche entregue pela gestão estadual ao longo do primeiro semestre de 2023. As inaugurações, por meio do programa Creche Escola, geraram 1,8 mil novas vagas sob investimento de R\$ 26,3 milhões.

Além disso, neste ano, o Governo de São Paulo aumentou em 48% o número médio de obras concluídas mensalmente para melhorias de escolas estaduais, em relação ao exercício

anterior. São 399 obras de revitalização escolar em seis meses, com investimento de R\$ 322,1 milhões. As ações beneficiam cerca de 239 mil alunos, além de servidores e comunidade escolar. As obras ainda geraram 4,8 mil empregos.

Os maiores investimentos em melhoria foram feitos em obras de acessibilidade, reformas de banheiros e cozinhas, cobertura de quadras e manutenções periódicas. Somente em junho, foram 66 reformas concluídas, totalizando um investimento superior a R\$ 52 milhões, com 44,6 mil alunos atendidos e 815 empregos gerados.

Além das revitalizações feitas diretamente pela Secretaria da Educação, estão em andamento outras 50 obras em escolas estaduais, 132 em creches e

4 em escolas municipais por meio do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo, programa de parceria com os municípios para transferências de recursos.

Nos primeiros seis meses da atual gestão, o Governo de São Paulo investiu R\$ 84 milhões em melhorias de infraestrutura escolar, acessibilidade, cobertura de quadras e manutenção em geral por meio de programas de cooperação Estado-Município.

Em andamento ou com termos assinados pelo Estado, são 50 obras de investimento em escolas estaduais, 132 obras de investimento em creches e quatro obras de investimento em escolas municipais. A Secretaria da Educação ainda entregou 231 ônibus escolares nesta gestão, com aporte estadual de R\$

62,9 milhões.

Etecs e Fatecs

O Governo de São Paulo também já investiu R\$ 24 milhões em obras de manutenção e conservação de 41 unidades de Etecs e Fatecs em 2023. O Centro Paula Souza, responsável pelo ensino técnico profissionalizante, ainda vai ampliar a infraestrutura das unidades de ensino, com investimento de R\$ 30 milhões.

No início de fevereiro, o Governo de São Paulo também formalizou o decreto de criação da Fatec de Votorantim. Atualmente, são 316,4 mil alunos matriculados em cursos do Centro Paula Souza em 363 municípios, com 226,3 mil nas Escolas Técnicas Estaduais e 90,1 mil nas Faculdades de Tecnologia.

Prefeitura inaugura primeira de 45 unidades de educação que serão entregues até 2024

Construído com técnicas modernas de sustentabilidade, o Centro de Educação Infantil (CEI) Lygia Fagundes Telles, na região do Campo Limpo, Zona Sul da capital, foi inaugurado na manhã da terça-feira (11) pelo prefeito Ricardo Nunes. Essa é a primeira de um pacote de 45 unidades educacionais que a Prefeitura de São Paulo irá entregar até o fim desta gestão, dentro do previsto no Programa de Metas 2020-2024.

Tanto a homenagem a Lygia Fagundes Telles, uma das maiores escritoras brasileiras, morta em abril de 2022, quanto o respeito ao meio ambiente foram lembrados pelo prefeito na inauguração da creche, que atenderá cerca de 200 alunos de 0 a 3 anos, na fase crucial da vida da criança, pois é quando ocorre um rápido crescimento e desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

“Essa construção foi feita com o reaproveitamento da água da chuva, placa solar, uma questão de sustentabilidade muito

importante”, disse. “E ainda temos a oportunidade de homenagear a nossa querida Lygia Fagundes Telles, que foi um exemplo para todo mundo, uma grande escritora, uma pessoa que deu uma contribuição enorme para educação”, completou.

Nunes destacou que o novo equipamento não deixa nada a desejar em relação a unidades particulares e que, pelo terceiro ano consecutivo, a capital não tem criança na fila de espera por vaga em creche.

O CEI tem 965,65 m² de área construída e dois pavimentos, nove salas, sendo três berçários e seis salas minigrupos, brinquedoteca, refeitório, cozinha, lactário (espaço para higienização de mamadeiras e outros alimentos), playground e solário (local para realização de atividades ao ar livre). Além disso, a creche conta com coordenação pedagógica, almoxarifado e sanitários infantis.

“Será mais uma opção para nossas crianças em um ambiente estruturado e estimulante para desenvolver todas as habilidades

dessa etapa tão rica que é a primeira infância”, afirmou o secretário municipal de Educação, Fernando Padua.

A importância da primeira infância decorre do fato de que esse período estabelece as bases para o futuro desenvolvimento e bem-estar de uma pessoa. Durante os primeiros anos de vida, o cérebro da criança está em constante desenvolvimento e é altamente influenciável pelas experiências e interações que ela tem com o ambiente.

A unidade educacional será administrada pela Organização da Sociedade Civil (OSCs) Nossa Senhora Rainha da Paz do Jd. Fim de Semana. Pelo terceiro ano consecutivo, a Prefeitura manteve a fila de creche zerada. O atendimento é possível graças a parcerias firmadas com cerca de 700 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e à ampliação de vagas nas CEIs já existentes, garantindo atendimento de todas as famílias cadastradas.

Atualmente, há mais de 300 mil crianças de 0 a 3 anos matriculadas nos Centros de Edu-

cação Infantil (CEI).

Obra

Executadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), as obras contaram com um investimento de R\$ 4,8 milhões nas intervenções e os trabalhos geraram mais de 93 empregos na construção civil. A edificação também atende às normas de acessibilidade vigentes, com elevador, rampas de acesso, piso tátil, corrimão e sinalização em braile.

“As nossas crianças precisam do nosso carinho, do nosso cuidado e da nossa atenção para que cresçam confiando em tudo aquilo que a gestão pública tem feito”, apontou o secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Marcos Monteiro.

Como todas as obras executadas pela SIURB, o novo CEI está equipado com sistemas sustentáveis em suas instalações, com água de reúso, placas solares para aquecimento da água utilizada nos banheiros e placas solares para geração de energia.

Polícias de SP recebem 9,4 mil armas e asseguram mais R\$ 43 mi para novas compras

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Segurança Pública, assinou contratos para aquisição de 4,2 mil novas armas para as polícias Cíveis e Militar, com investimento previsto de R\$ 43,2 milhões, no primeiro semestre de 2023. No mesmo período, as forças estaduais de segurança também receberam 9,4 mil armamentos que já estavam em processo de compra.

Entre os contratos assinados pela atual gestão, há acordos para aquisição de 800 espingardas, 700 submetralhadoras, 200 fuzis e seis metralhadoras leves. As entregas devem ser feitas a partir de outubro, a depender da liberação do Exército. Já as 2,5 mil armas de incapacitação neuromuscular para a PM devem chegar até agosto.

“Precisamos investir nas polícias para que elas estejam sem-

pre um passo à frente da criminalidade. O que temos de melhor nas forças de segurança de São Paulo são nossos homens e mulheres vocacionados que dedicam a vida para proteger a sociedade. Investindo nesses profissionais e em suas estruturas de trabalho, estamos investindo em mais proteção para a população”, afirma o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

De janeiro a junho, as forças policiais também receberam 9.414 armamentos, além de 15 mil novos coletes para a PM. No dia 26 de junho, por exemplo, a Polícia Civil recebeu 414 novos fuzis ARAD calibre 5,56x45mm, que seguem o padrão de aquisição das mais novas tecnologias do mercado internacional.

A Secretaria da Segurança Pública também está conduzindo uma licitação para compra de

797 novos veículos para a PM, com investimento de R\$ 168,3 milhões. Entre os modelos, estão 603 SUVs – 110 veículos têm previsão de entrega em setembro, e outros 493 do tipo compacta chegam até dezembro.

A pasta também mantém tratativas para a compra de 381 veículos para a Polícia Civil, com investimento estimado de R\$ 56,5 milhões.

Entre janeiro e junho, o Governo de São Paulo entregou 1.230 viaturas para a Polícia Militar e outros 157 veículos para o Corpo de Bombeiros, com investimento de R\$ 372 milhões – deste total, R\$ 16,2 milhões vieram por meio de convênio com a União. Também assinou contratos de cerca de R\$ 52 milhões para a compra de mais de cem veículos que serão entregues até o final de 2023.

A gestão paulista também

concluiu 11 obras em prédios e delegacias nos primeiros seis meses de 2023, sendo oito delas para a PM e três para a Polícia Civil, sob investimento de R\$ 39,7 milhões. Além disso, há 18 obras em sedes da PM e outras sete em prédios da Polícia Civil em andamento, com investimento estimado de R\$ 95,4 milhões.

O estado tem 8.539 vagas em concursos em andamento para as polícias Civil, Militar e Técnico-Científica, sendo 2.939 para PC e SPTC e 5600 para a PM. As vagas são para delegados, investigadores, escrivães, médicos legistas e peritos, além de soldado PM de 2ª Classe e alunos-oficiais. Atualmente há 2,6 mil policiais em formação, que vão reforçar o efetivo das polícias do estado assim que concluírem a formação.

Prefeitura promove evento em comemoração aos 33 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente com foco no papel dos Conselhos Tutelares

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, promove na quinta (13), a mesa de debates “33º Aniversário do ECA: o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares e a Garantia de Direitos”. O evento acontece no dia que o Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA) completa 33 anos de promulgação.

O encontro será realizado no Centro de Referência da Criança e do Adolescente, projeto financiado pelo FUMCAD localizado na Rua Dom Antônio de Melo, 115, na região da Luz, e contará com a participação de especialistas e adolescentes do

território de Cidade Tiradentes.

O tema escolhido para o debate leva em conta o papel dos Conselhos Tutelares para a defesa de direitos das crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que este ano, no dia 1º de outubro, haverá o processo de escolha unificado dos membros dos Conselhos Tutelares em to-

dos os municípios do país.

Na cidade de São Paulo, serão escolhidos(as) 260 conselheiros(as) para os 52 Conselhos Tutelares que estão distribuídos por todas as regiões do município. A cidade de São Paulo, por suas dimensões, concentra o maior número de unidades desse órgão em todo o país.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Expectativa Tucana de que entre candidaturas que podem bombar pra vereador nas eleições 2024, esteja Tomás Covas, filho do falecido Bruno Covas. O jovem completará 18 anos em 2024

PREFEITURA (São Paulo)
Enquanto Ricardo Nunes (MDB) cresce nas pesquisas qualitativas, o ex-prefeito Doria desmente possível candidatura em 2024, atendendo pedido de Covistas que querem fazer ressurgir o PSDB

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Ex-deputado e ex-presidente do parlamento, o promotor (MP) Fernando Capez lamenta a morte de uma jovem torcedora do Palmeiras, vítima de um torcedor de uma organizada do Flamengo

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio (Republicanos) foi destaque no feriado de 9 de julho (guerra civil 1932). Destaque também pro deputado federal (PL) Antonio Carlos Rodrigues, homenageado cujo avô foi combatente

CONGRESSO (Brasil)
CPI sobre invasões e depredações das sedes dos 3 Poderes (8 janeiro 2023) aponta pra maioria dos generais do Exército abandonando o coronel Cid (ex-ajudante de ordem do Jair Bolsonaro)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Assim como o papa Bergoglio, que acaba de nomear 21 cardeais que votarão - na sucessão papal - em quem ele mandar, Lula segue nomeando quem quer, além de quem a esposa 'Janja' quer

PARTIDOS
Conforme antecipamos na coluna de ontem - em relação ao voto do deputado federal Antonio Carlos Rodrigues (líder das bancadas do PL e demais partidos por São Paulo) - Costa Neto, dono do PL, ...

(Brasil)
... deu uma verdadeira aula de política de resultado, explicando as lógicas dos tipos de votação em matérias de grande importância - como no caso da reforma tributária do governo Lula (dono do PT)

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - www.cesarneto.com - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu a “Medalha Anchieta”, da Câmara (São Paulo) e o “Colar de Honra ao Mérito”, da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filiais: Curitiba / PR
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Pesquisa mostra que 78,5% das famílias brasileiras estão endividadas

O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer avançou 0,2 ponto percentual (pp) em junho, atingindo 78,5% das famílias no país. As que se consideram muito endividadas são 18,5% desse total. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que divulgou os números na terça-feira (11), este é o maior volume da série histórica, iniciada em janeiro de 2010. Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada mensalmente pela CNC.

De acordo com a CNC, o aumento do número de endividados interrompeu uma sequência de quatro meses de estabilidade do indicador.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a economia brasileira passa por um cenário de endividamento e inadimplência crescente, e isso atinge a capacidade de consumo das famílias. "O equilíbrio entre os objetivos de estabilidade de preços e o crescimento econômico é um desafio a ser perseguido e que será determinante para a retomada do desenvolvimento do País", aponta texto di-

vulgado pela CNC sobre o resultado de junho.

Renda

A pesquisa mostrou que, mesmo com o aumento do endividamento em junho, um mês antes do que a CNC estimava, a parcela média da renda comprometida com dívidas registrou o menor percentual desde setembro de 2020, ao atingir 29,6%.

Segundo a economista Izis Ferreira, responsável pela pesquisa, isso pode ser explicado pelo comportamento da renda de parte dos consumidores. "Isso é resultado da melhora da renda dos consumidores que recebem até 10 salários mínimos, que ocorre por conta da dinâmica favorável da inflação em desaceleração desde o fim do ano passado", observou.

Inadimplência

O volume da inadimplência seguiu o movimento de avanço do endividamento em junho. O total de famílias com dívidas atrasadas chegou a 29,2%, o que significa alta de 0,1 pp. Do total de consumidores com dívidas atrasadas, 4 em cada 10 entraram em junho sem condições de pagar os compromissos de me-

ses anteriores, maior proporção desde agosto de 2021.

Izis Ferreira disse, porém, que a evolução positiva do mercado de trabalho e o alívio da inflação, que resultaram na melhora da renda disponível, não foram suficientes para retirar da inadimplência os consumidores com dívidas atrasadas há mais tempo.

"A proporção de consumidores com dívidas atrasadas voltou a crescer após seis meses de queda, assim como o contingente dos que afirmam que não terão condições de quitar dívidas atrasadas de meses anteriores", afirmou a economista. Para ela, os juros elevados continuam dificultando a melhora desse quadro.

Também cresceu o número de consumidores com atrasos há mais de 90 dias, que, em junho, atingiu 46% do total de inadimplentes. De acordo com Izis, isso quer dizer que a cada 100 consumidores com dívidas atrasadas, 46 estão com atrasos há mais de três meses. "E a proporção vem crescendo."

Regiões

As regiões Sul e a Sudeste foram as que tiveram maior nú-

mero de famílias endividadas. A população de Minas Gerais é a mais endividada entre os estados. São 94,9% do total. Na sequência, ficaram o Paraná, com 94,7%; e o Rio Grande do Sul, com 93,9%. Mato Grosso do Sul teve o menor índice de endividamento do país (59,1%), seguido por Pará (62%) e Piauí (65%).

Faixas de renda

Em todas as faixas de renda pesquisadas, o volume de endividados aumentou no semestre, o que indica "tendência de alta na segunda metade do ano". Na comparação com o mesmo período do ano passado, o maior crescimento na proporção de endividados ficou com os consumidores com renda mensal de 5 a 10 salários (2,1 pontos percentuais).

"Com a absorção de pessoas com menor nível de escolaridade pelo mercado de trabalho e programas de transferência de renda mais robustos, um avanço mais expressivo entre as famílias de renda baixa vem sendo contido", completou a economista no texto da CNC. (Agência Brasil)

Lula diz que semana foi vitoriosa, após aprovações no Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, na terça-feira (11), que o aumento do otimismo dos brasileiros com a economia é fruto da capacidade de negociação que vem sendo colocada em prática pelo governo federal. Segundo ele, o país teve uma semana vitoriosa, após a aprovação de matérias importantes no Congresso Nacional, como a da reforma tributária e o texto-base do projeto de lei que restaura o voto de desempate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Em seu programa semanal Conversa com o Presidente, Lula lembrou que o PT e a esquerda têm pouco mais de uma centena de deputados na Câmara e que, para obter maioria simples na Casa, precisa de pelo menos 257 votos. "Isso mostra o quanto precisamos negociar para construirmos a governabilidade", disse Lula. Ele destacou que essa governabilidade "foi construída para votar a política tributária, mas não por ser do interesse do Fernando Haddad ou do Lula, e sim por ser uma coisa de interesse do país", que precisa de tranquilidade e paz para criar condições de fazer com que a economia cresça e, acima de tudo, para que esse crescimento seja repartido entre todos os brasileiros.

"É isso o que tentamos

construir, reduzindo a capacidade de pagamento de impostos, mas aumentando a quantidade de pessoas que vão pagar. O governo pode cobrar menos e arrecadar mais porque tem mais gente pagando. A gente então inibe a sonegação", disse o presidente.

"Por isso foi importante a aprovação do Carf. É nele que se fazem as negociações entre os devedores e a Fazenda. Só que quando dava empate o sonnegador ganhava. Nós então resolvemos que deveria ter um voto de desempate, e colocamos o governo dando o voto de desempate", acrescentou.

Lula reafirmou que tudo isso é fruto de negociação. "Não é o 'dando que se recebe'. É negociar, como a boa prática de negociação existe no mundo inteiro", complementou.

Para o presidente diz que esse cenário de avanços é percebido pela população, deixando-a mais otimista:

"As pessoas que estavam pessimistas estão vendo o dólar cair e a economia crescer. Estão vendo sinais de que o salário e os empregos vão crescer. As pessoas estão ficando mais otimistas porque a inflação está caindo e logo vai começar a baixar a taxa de juros, mesmo com o presidente do Banco Central sendo teimoso e tinoso". (Agência Brasil)

América Latina atrai volume recorde de investimento estrangeiro em 2022

Beneficiada pela recuperação dos gastos globais após a pandemia de covid-19, a América Latina e o Caribe atraiu um volume recorde de investimentos estrangeiros diretos (IED) em 2022, divulgou na segunda-feira (10) a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal). No ano passado, a região recebeu US\$ 224,58 bilhões de outros partes do planeta destinados ao setor produtivo.

O montante é 55,2% superior a 2021. Segundo a Cepal, pela primeira vez em nove anos esse tipo de recurso superou a marca de US\$ 200 bilhões. "Os fluxos de IED para a região não ultrapassavam os US\$ 200 bilhões

desde 2013, portanto a recuperação de 2022 estabelece um importante marco de investimento na última década", destacou o relatório.

Diferentemente dos investimentos financeiros, destinados ao mercado financeiro, os investimentos estrangeiros diretos destinam-se à geração de empregos, como compra de empresas nacionais ou expansão de empresas estrangeiras para outros países. Segundo a Cepal, os setores mais beneficiados no último ano foram os de serviços, energias (renováveis e não renováveis) e manufatura.

Em 2022, o número de fusões e aquisições resultantes de

IED aumentou apenas 7%, mas o valor dos negócios disparou 57%, chegando a US\$ 30,15 bilhões no ano. Segundo a Cepal, a alta se deve à retomada de planos de investimento e de expansão pelas empresas após a pandemia de covid-19.

Na distribuição por países, o Brasil atraiu 41% dos IED destinados à América Latina e o Caribe. Em segundo lugar, vem o México, com 17%. Os dois países são as maiores economias da região.

Baixa atração

Apesar do crescimento, a América Latina atraiu apenas 8% do fluxo global de investimentos estrangeiros diretos em

2022. Proporcionalmente, a região teve a menor participação, ficando atrás da Europa, da Ásia-Pacífico, África, Oriente Médio e América do Norte.

No ano passado, o volume global de IED somou US\$ 1,29 trilhões, alta de 11% em relação a 2021. O cálculo da Cepal, no entanto, eliminou o impacto da desinstalação de empresas em Luxemburgo, centro financeiro global usado por empresas que atuam na Europa e transferem a sede para o país.

No Brasil, o volume de IED quase dobrou de 2021 para 2022, crescendo 97%. No México, o crescimento foi menor e atingiu 14% em relação ao ano anterior. (Agência Brasil)

Para Haddad, Senado pode deixar reforma tributária com menos exceções

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira (11), em Brasília, esperar que o Senado Federal vote o texto da reforma tributária, aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, com menos exceções.

"O Senado tem o papel de dar uma limada no texto, o que significa deixá-lo mais redondo, mais leve, com menos exceções. Porque fica um texto limpo, cristalino, que não dará problema de judicialização no futuro", comentou o ministro.

Para ele, os senadores não

precisam se preocupar em deixar uma marca da Casa na reforma tributária porque "a Câmara dos Deputados incorporou 60% da Proposta de Emenda à Constituição PEC 110, do Senado. A marca já está dada. A PEC foi incorporada pelo relator."

Da agenda que Haddad teve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na terça-feira, para tratar do tema, o ministro ressaltou que o Poder Executivo não tem a prerrogativa de fazer a indicação do relator da reforma tributária no Congres-

so Nacional. "Mas, podemos conversar sobre critérios de escolha do relator, que podem ajudar na tramitação", sinalizou.

Sobre o artigo 20 da reforma tributária, que trata da tributação dos setores do agronegócio e da mineração no país, o ministro da Fazenda entende que as mudanças de última hora geram preocupação por terem sido pouco debatidas. Ele disse que as discordâncias podem ser analisadas posteriormente.

"Não há problema em o Senado promulgar uma emenda

constitucional que seja consenso e deixar aquilo que, eventualmente, é controverso para outra oportunidade", opinou. O ministro disse que o momento é de avançar. "A reforma é importante demais para fazer de uma questão como essa um impedimento para a gente avançar no que [é] essencial", acentuou.

Haddad ministro não acreditava em faticamento da PEC da reforma tributária. "A PEC pode ser promulgada completa, com tudo aquilo que é fundamental", finalizou. (Agência Brasil)

Política de cultura exportadora quer ampliar comércio exterior

Após a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicada na terça-feira (11), no Diário Oficial da União a Política Nacional de Cultura Exportadora. Um dos objetivos é melhorar as políticas públicas destinadas ao comércio exterior.

O documento também instituiu o Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com representação dos Ministérios da Agricultura e Pecuária e das Relações Exteriores, além do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Agência Brasilei-

ra de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Cada membro tem ainda um suplente para substituição, em caso de ausência.

Ao comitê caberá elaborar relatório anual de implementação da política de cultura exportadora, que deverá ser encaminhado ao presidente da República até a segunda quinzena de janeiro do ano seguinte. O grupo também será responsável por monitorar as medidas estabelecidas.

Entre as ações previstas pela nova política, estão a capacitação de empresas interessadas em exportar, aproximação entre empresas exportadoras e iden-

tificação de oportunidade para fomentar a cultura exportadora.

As ações serão dirigidas a todos os setores da economia e buscam apoiar empresas para ingresso e permanência no comércio exterior, em especial empreendimentos de micro, pequeno e médio porte.

Análise de operações

A publicação da medida vem junto com uma série de ações do governo federal de promoção do setor. Na segunda-feira (10), o MDIC anunciou - por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex) - a assinatura do contrato de um ano com a Agência Brasileira de Gestora de Fundos

Garantidores e Garantias (ABGF), para análise de operações de exportação, que envolvem seguros de créditos aparados pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

O vice-presidente da República e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, celebrou em suas redes sociais o fato de o governo ter conseguido evitar a liquidação da ABGF, tentativa que havia sido feita no governo anterior sem sucesso, por meio da celebração do contrato. "Um passo importante para promovermos as exportações, que geram empregos de qualidade com aumento de renda", afirmou. (Agência Brasil)

Inflação oficial de junho fica negativa em 0,08%

O mês de junho teve deflação, ou seja, houve um recuo nos preços na comparação com maio. A inflação oficial - calculada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - ficou em -0,08%. É a primeira vez no ano que a inflação fica abaixo de zero. A última vez em que a inflação apresentou queda foi em setembro do ano passado. Esse é também o menor resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para um mês de junho desde 2017 - quando o índice foi de -0,23%.

O resultado, divulgado na terça-feira (11) pelo IBGE, no Rio de Janeiro, representa o quarto mês seguido em que a inflação perde força. Em maio, o IPCA foi de 0,23%. No ano, o índice soma 2,87% e, nos últimos 12 meses, 3,16%, abaixo dos 3,94% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Na comparação com maio, os grupos que mais ajudaram a colocar a inflação no campo negativo foram alimentação e bebidas (-0,66%) e transportes (-0,41%), que contribuíram com -0,14 e -0,08 ponto percentual (pp) no índice geral, respectivamente.

Segundo o IBGE, alimentação e bebidas e transportes integram o grupo com maior influência dentro da cesta de consumo das famílias. Juntos, eles representam cerca de 42% do IPCA.

O grupo alimentação e bebidas foi influenciado, principalmente, pelo recuo nos preços da alimentação em casa (-1,07%). Contribuíram para isso as quedas do óleo de soja (-8,96%), das frutas (-3,38%), do leite longa vida (-2,68%) e das carnes (-2,10%). Já o custo da alimentação fora de casa subiu, porém, com menos força (0,46%) em relação ao mês anterior (0,58%).

"Nos últimos meses, os preços dos grãos, como a soja, café, milho, arroz, feijão, etc., tiveram impacto diretamente no preço do óleo de soja e indiretamente os preços das carnes e do leite, por exemplo. Essas commodities são insumos para a ração animal, e um preço mais baixo contribui para reduzir os custos de produção. No caso do

leite, há também uma maior oferta no mercado", explicou André Almeida, analista da pesquisa, no site do IBGE.

Em transportes, o recuo de preços foi motivado por queda nos preços dos automóveis novos (-2,76%) e dos usados (-0,93%). Esse comportamento tem a ver com a medida do governo federal para baixar o preço dos carros novos.

"O subitem automóvel novo foi o de maior impacto individual no mês, com -0,09 pp. Essa redução nos preços está relacionada ao programa de descontos para compra de veículos novos, lançado em 6 de junho pelo governo federal. Isso pode ter relação também com a queda dos preços dos automóveis usados", explica o IBGE.

No comportamento dos preços durante maio, destaque também para o resultado de combustíveis (-1,85%), com as quedas do óleo diesel (-6,68%), do etanol (-5,11%), do gás veicular (-2,77%) e da gasolina (-1,14%). "A gasolina é o subitem de maior peso individual no IPCA, com 4,84%. A queda na gasolina teve um impacto de -0,06 p.p.", destaca Almeida.

Pelo lado da pressão de preços para cima, a maior contribuição foi do grupo Habitação (aumento de 0,69% e impacto de 0,10 p.p.). A maior contribuição veio da energia elétrica residencial (1,43%), por causa de reajustes aplicados em quatro áreas de abrangência do índice: Belo Horizonte, Recife, Curitiba e Porto Alegre. A taxa de água e esgoto (1,69%) também foi impactada por reajustes aplicados em Belém, Curitiba, São Paulo e Aracaju. O cálculo do IPCA abrange as famílias com rendimentos de um a 40 salários mínimos.

O IBGE também divulgou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve queda de 0,10% em junho (primeira deflação desde setembro de 2022) e acumula 3% nos últimos doze meses. O INPC abrange o custo de vida para famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos



BNDES propõe investir com foco em infraestrutura social e ambiental

Transformar o Brasil em uma potência verde. Com esse objetivo em um horizonte próximo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizou na terça-feira (11) a Conferência Amбиção Brasileira: Infraestrutura e Transição Climática. Participaram dos debates empresários, representantes da indústria e dos setores financeiro, de energia e de infraestrutura, além de pesquisadores.

Um dos principais desafios apontados no evento foi o de equilibrar o crescimento econômico com a redução de poluentes e o uso sustentável dos recursos naturais do país. O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, disse que as políticas de fomento do banco vão seguir esse caminho, alinhadas aos planos de investimento previstos pelo governo federal para os próximos meses.

“Vai ter mais infraestrutura social e ambiental – eficiência energética, redução de emissão, descarbonização, concessões ou PPPs de manojos de florestas, recuperação de áreas degradadas, transporte urbano e saneamento”, explicou.

O presidente do BNDES, Aloízio Mercadante, reforçou o compromisso de investir em projetos que modernizem o setor produtivo brasileiro e disse que o aumento no número

Lei define agosto como Mês da Primeira Infância

O mês de agosto passa, a partir de agora, a ser dedicado às ações de conscientização sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de até 6 anos de idade. A Lei nº 14.617, que institui o Mês da Primeira Infância, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União na terça-feira (11).

Em 2021, o Brasil registrou cerca de 2,6 milhões de nascimentos, segundo o IBGE. São crianças que se somaram às nascidas em anos anteriores e que completam as pouco mais de 20,6 milhões que estavam na primeira infância naquele ano, segundo o DataSUS.

É para essa parcela da população que as ações do mês de agosto serão dedicadas, com iniciativas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da sociedade civil organizada. São ações como oferta de atendimentos integral e multiprofissional,

vê a parceria público-privada como caminho mais promissor para o Brasil voltar a crescer aceleradamente”, observou.

Durante um dos painéis do evento, Isabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente e membro do conselho de administração do BNDES, apontou o papel do banco na agenda climática, como indutor e estruturador de novos caminhos. E também cobrou de autoridades do país mudanças na gestão pública ambiental.

“O Brasil não faz com muita excelência os pactos políticos. Precisamos fazer acordos climáticos. A África tem um plano estratégico mineral, um plano verde. Nós não temos nada. Temos uma arrogância genética de achar que somos os líderes em biodiversidade, que temos muitas alternativas. Mas não transformamos isso em ativos, nem em riquezas ou em discursos políticos inovadores”, disse ex-ministra. (Agência Brasil)

Alerta sanitário no Peru tem baixo risco para o Brasil

O Ministério da Saúde informou na terça-feira (11) que monitora a situação de emergência sanitária causada pela Síndrome de Guillain Barré no Peru. A pasta ressalta que a doença não é transmissível de pessoa para pessoa, e que, por isso, considera-se que há baixo risco para o Brasil.

No último sábado (8), o Peru declarou situação de emergência a nível nacional, por 90 dias, devido à alta da incidência da doença. De acordo com o alerta, até aquele momento, foram registrados 182 casos em 2023. Destes, 31 pacientes estavam internados, 147 receberam alta hospitalar e quatro morreram com a doença.

O Peru tem fronteira com grande parte do Acre e com o Amazonas, e o Ministério da Saúde esclarece que “a avaliação de cenário aponta que não há necessidade de restrição de turismo, comércio e/ou circulação de pessoas”, segundo nota enviada à Agência Brasil. “Uma nota técnica está sendo enviada às secretarias estaduais de saúde reforçando que a situação até o momento é de baixo risco para o país”, acrescenta.

O que é a síndrome?

O Ministério da Saúde do Brasil explica que a síndrome é relativamente pouco frequente, de padrão autoimune,

e afeta o sistema nervoso periférico. O quadro pode ser desencadeado por vários fatores, mas cerca de 75% dos casos ocorrem devido a algum processo infeccioso. A síndrome não é de notificação compulsória no Brasil, mas surtos epidêmicos são monitorados. Em 2015, o país registrou um surto da doença na Bahia.

Tanto bactérias quanto vírus podem desencadear casos de Guillain Barré, e os sintomas da síndrome podem aparecer durante a fase aguda das infecções ou após a recuperação dos pacientes. Há registros da síndrome associada a bactérias causadoras de diarreia e a infecções virais como dengue, zika, chikungunya, citomegalovírus, Epstein-Barr, sarampo, influenza A, enterovírus D68, hepatite A, B e C, HIV, entre outros.

No Peru, a doença já havia causado um surto em 2019, com 900 casos. Naquele episódio, os adoescimentos foram associados à presença da bactéria *Campylobacter jejuni*, causadora de quadros de diarreia. Em 2020, foram registrados 448 casos, em 2021 foram 214 casos; e, em 2022, um total de 225 casos. Até o momento, ainda não há informação quanto ao agente infeccioso associado ao surto atual no Peru. (Agência Brasil)

Mudanças climáticas podem gerar perda de espécies na Caatinga

Um estudo conduzido por pesquisadores das universidades Estadual de Campinas (Unicamp), Federal da Paraíba (UFPB), Federal de Pernambuco (UFPE) e Federal de Viçosa (UFV) e do Instituto Federal Goiano (IFGoiano) mostrou que as mudanças climáticas podem tornar a Caatinga mais árida no futuro, resultando na perda de espécies, substituição de plantas raras por outras mais generalistas e homogeneização de 40% da paisagem.

Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores reuniram informações de coleções científicas, herbários e da literatura para compilar um banco de dados inédito, com mais de 400 mil registros de ocorrência de cerca de 3 mil espécies de plantas do bioma. Também foram levadas em conta informações como geografia, forma de crescimento das espécies de plantas, clima e solo onde ocorrem para fazer projeções usando a inteligência artificial.

Segundo o autor do trabalho, Mario Ribeiro de Moura, que é pesquisador da Unicamp, as previsões foram baseadas no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de 2021, que contém simulações sobre o clima no planeta.

“Não sabemos como a humanidade vai se comportar daqui para frente, por isso, consideramos dois cenários: no otimista, surgirão tecnologias capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e via-

bilizar o Acordo de Paris, que prevê limitar o aumento da temperatura média global até 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. No cenário pessimista, as taxas de desmatamento, o uso de combustíveis fósseis e o crescimento populacional se vão se manter elevados, sem que se avance em inovação”.

Segundo o estudo, 99% das comunidades de plantas da Caatinga perderão espécies até 2060, e o clima deve ser mais quente e seco, o que será mais difícil e impactante para as árvores. Isso resultaria na substituição das árvores por vegetação de baixo porte, o que se reflete no ecossistema fornecido pela vegetação para fotossíntese, renovação do ar e armazenamento de carbono. Os

locais mais atingidos serão a Chapada Diamantina e a Chapada do Araripe, áreas montanhosas no sul e no centro-norte do bioma.

De acordo com Moura, os dados podem contribuir para que o governo avalie projetos de conservação em macroescala, com visão de longo prazo, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas quanto para cessar outros tipos de impacto de origem humana, como desmatamento, destruição de habitats e degradação e exposição do solo.

O estudo foi divulgado no Journal of Ecology e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Torres do Brasil S.A.
 CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 – NIRE 35.300.555.821
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
 Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará na sede da Companhia, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, São Paulo-SP, nos dias 24/07/2023, às 09:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2022. (iii) Deliberar sobre a retificação do caput do art. 5º e alíneas “p”, “s”, “t” e “u” do 7º, do art. 10 do Estatuto Social. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 21/07/2023, às 18:00 horas. (b) A documentação relativa aos bens da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, SP, 12/07/2023. **Luis Humberto Diaz Jouanen** – Presidente do Conselho de Administração. (12, 13 e 14/07/2023)

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A
 CNPJ Nº. 60.829.215/0001-41 – NIRE 35300055381
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 Data, hora e local: 22/06/2023, às 14h, na Sede Social. **Participantes:** 100% do capital social. **Mesa Diretora:** Presidente: CARLOS PACHECO SILVEIRA e Secretário: OLAVO AMORIM SILVEIRA **NETO.** **DELIBERAÇÕES:** (a) As matérias da Ordem do Dia foram objeto de votação pelos acionistas e aprovadas por todos; (b) Relatório da Diretoria, das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, publicados no dia 20/06/2023, no Jornal O Dia/SP nas versões impressa e digital; (c) Foi eleita para Diretora Presidente a Sra. **SILENE WALTER PEREIRA**, portadora da cédula de identidade RG nº 17.396.550 SSP/SP e CPF/ME nº 071.993.958-50; e reconduzidos, para Diretores sem designação específica, **OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO**, portador da cédula de identidade RG nº 18.622.4-2 SSP/SP e CPF/ME nº 145.774.148-21 e **OTACILIO DE CASTRO PEREIRA**, portador da cédula de identidade RG nº 1.315.484 SSP/GO e CPF/ME nº 350.132.901-63; (c) a totalidade dos acionistas presentes decidiu que o valor global da remuneração da diretoria obedecerá aos limites legais; (d) **ASSINATURAS:** Carlos PACHECO SILVEIRA, Acionista, Olavo Pacheco Silveira, Acionista, TOKA Participações Ltda., Acionista representada por Olavo Pacheco Silveira; Lílian Maria Pacheco Silveira e PAPS Participações Ltda., Acionistas representadas por João Luiz de Moraes Erse. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **CARLOS PACHECO SILVEIRA** - Presidente da Mesa e Acionista. **OLAVO AMORIM SILVEIRA NETO** - Secretário da Mesa Registrada na Jucesp sob nº 261.899/23-5 em 03/07/2023. **Maria Cristina Frei** - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1009961-28.2017.8.26.0009 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IX – Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Concioção, na forma da Lei, etc. Faz saber a) Carlos Alberto Corvino Iaconis, Espólio de Aníelo Corvino Netto, Espólio de Fortunata Nita Corvino, Espólio de José Laconis, Espólio de Rosa Corvino, Januária Corvino e Síndico do Condomínio Edifício Huguette, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Luz Riehnert Azeiteiro RAMALHA, advogado inscrito na OAB nº 173.461/SP, inscrita em sua respectiva carteira profissional, nos termos do art. 3º, inciso I, do CPC, estando os réus em local ignorado, expedisse edital de intimação, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do ato supra, pague o débito, ou apresente intimação no cumprimento da sentença, sob pena de execução coercitiva e pena de multa de 10% e honorários nesta fase, também de 10% (INCP 523, § 1º). Preenha e aviação de bens para satisfação do débito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de agosto de 2022. (07/10)

EDITAL DE CITAÇÃO, expedido nos autos da Ação de Usucapião, Processo nº 1022357-16.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Concioção, na forma da Lei, etc. Faz saber a) Carlos Alberto Corvino Iaconis, Espólio de Aníelo Corvino Netto, Espólio de Fortunata Nita Corvino, Espólio de José Laconis, Espólio de Rosa Corvino, Januária Corvino e Síndico do Condomínio Edifício Huguette, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Luz Riehnert Azeiteiro RAMALHA, advogado inscrito na OAB nº 173.461/SP, inscrita em sua respectiva carteira profissional, nos termos do art. 3º, inciso I, do CPC, estando os réus em local ignorado, expedisse edital de intimação, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do ato supra, pague o débito, ou apresente intimação no cumprimento da sentença, sob pena de execução coercitiva e pena de multa de 10% e honorários nesta fase, também de 10% (INCP 523, § 1º). Preenha e aviação de bens para satisfação do débito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de agosto de 2022. (07/10)

BASE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A.
 CNPJ/ME nº 35.082.277/0001-95 – NIRE 35.300.542.665
EDITAL DE CITAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 41ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA BASE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A.
 A BASE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A., companhia securitizadora, com sede na Rua Fidúcio Ramos, nº 195, 14º andar, sala 141, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 35.082.277/0001-95 (“Securitizadora” ou “Emissora”), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 41ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora (“Termo de Securitização”, “Emissão” e “CRI”), respectivamente, **CONVOCA** os titulares dos CRI (“Titulares de CRI”) para participarem da Assembleia Geral (“Assembleia”) a ser realizada, em 1ª (primeira) convocação, em 31 de julho de 2023, às 14h00, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CMV”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CMV 60”), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado aos Titulares de CRI credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de inscrição de voto a distância previamente à realização do convocante, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte Ordem do Dia: (a) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (b) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (c) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (d) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (e) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (f) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (g) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (h) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (i) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (j) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (k) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (l) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (m) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (n) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (o) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (p) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (q) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (r) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (s) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (t) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (u) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (v) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (w) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (x) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (y) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (z) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (aa) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ab) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ac) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ad) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ae) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (af) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ag) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ah) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ai) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (aj) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ak) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (al) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (am) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (an) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ao) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ap) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (aq) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ar) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (as) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (at) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (au) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (av) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (aw) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ax) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ay) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (az) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (ba) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bb) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bc) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bd) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (be) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bf) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bg) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bh) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bi) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bj) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bk) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bl) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bm) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bn) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bo) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bp) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bq) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (br) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bs) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bt) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023 (“Demonstrações Financeiras”), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly APARTERS Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditor independente independente da Emissora; (bu) A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras das Demonstrações Financeiras



ALTO ALEGRE AGRO S.A.
 CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria
 Senhora(s) Acionista(s): Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.
 Presidente Prudente-SP, 28 de junho de 2023. A Diretoria.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 12/07/2023 no Jornal O Dia SP.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		
Ativo	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	43	123				
Aplicações financeiras	16.344	48.694				
Contas a receber de partes relacionadas	1.340	511				
Demais contas a receber	1	-				
Total do ativo circulante	17.728	49.328				
Não Circulante						
Propriedade para investimento	91.839	68.762				
Total do ativo não circulante	91.839	68.762				
Total do ativo	109.567	118.090				
Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Reservas de lucros		Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.984	5.145				
Outros resultados abrangentes	-	-				
Resultado abrangente do exercício	6.984	5.145				

1. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. Em 17/01/2022 houve a alteração do exercício social da Alto Alegre Agro S.A., sendo que o exercício social da Companhia foi alterado de 30 de abril de cada ano para 31 de março de cada ano, visando praticar um exercício social compatível com o praticado pelo mercado. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras comparativas das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que estão sendo apresentadas referem-se ao exercício societário de 11 meses (01/05/2021 a 31/03/2022). **5. Principais políticas contábeis** Mudanças nas principais políticas contábeis A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 Contratos Onerosos sobre os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 1/04/2022. Anteriormente, a Companhia incluía apenas custos incrementais para cumprir um contrato ao determinar se esse contrato era oneroso. A política revisada inclui tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos. A Companhia aplicou as alterações prospectivamente a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. A Companhia analisou todos os contratos existentes em 1/04/2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso aplicando a política contábil revisada, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1/04/2022 como resultado da alteração. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - Circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídos com base na análise das expectativas de sua efetiva realização, e investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Aspectos ambientais** A Companhia realiza suas atividades agrícolas em suas propriedades, através de contrato de parceria agrícola com a coligada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. Enquanto os referidos contratos estiverem vigentes, os aspectos ambientais ficam sob a responsabilidade da contraparte Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. **i. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **12.d Dividendos** De acordo com o estatuto social, os titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

LINCOLN JUNQUEIRA AGRO S.A.
 CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria
 Senhora(s) Acionista(s): Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.
 Caiaubi-SP, 28 de junho de 2023. A Diretoria.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 12/07/2023 no Jornal O Dia SP.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		
Ativo	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	51	244				
Aplicações financeiras	11.895	12.555				
Contas a receber de partes relacionadas	5.127	2.126				
Demais contas a receber	1	-				
Total do ativo circulante	17.074	14.929				
Não Circulante						
Outras contas a receber	38	38				
Propriedades para investimento	116.047	104.831				
Total do ativo não circulante	116.085	104.869				
Total do ativo	133.159	119.798				
Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Reservas de lucros		Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.338	8.033				
Outros resultados abrangentes	-	-				
Resultado abrangente do exercício	15.338	8.033				

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Caiaubi/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. Em 17/01/2022 houve a alteração do exercício social da Lincoln Junqueira Agro S.A., sendo que o exercício social da Companhia foi alterado de 30 de abril de cada ano para 31 de março de cada ano, visando praticar um exercício social compatível com o praticado pelo mercado. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras comparativas das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa que estão sendo apresentadas referem-se ao exercício societário de 11 meses (01/05/2021 a 31/03/2022). **5. Principais políticas contábeis** Mudanças nas principais políticas contábeis A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 Contratos Onerosos sobre os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 1/04/2022. Anteriormente, a Companhia incluía apenas custos incrementais para cumprir um contrato ao determinar se esse contrato era oneroso. A política revisada inclui tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos. A Companhia aplicou as alterações prospectivamente a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. A Companhia analisou todos os contratos existentes em 1/04/2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso aplicando a política contábil revisada, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1/04/2022 como resultado da alteração. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Demais passivos - Circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídos com base na análise das expectativas de sua efetiva realização, e investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **h. Aspectos ambientais** A Companhia realiza suas atividades agrícolas em suas propriedades, através de contrato de parceria agrícola com a coligada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. Enquanto os referidos contratos estiverem vigentes, os aspectos ambientais ficam sob a responsabilidade da contraparte Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. **i. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **11.d Dividendos** De acordo com o estatuto social, os titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

ALTA MOGIANA AGRO S.A.
 C.N.P.J. 31.937.012/0001-70

Relatório da Diretoria
 Senhora(s) Acionista(s): Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.
 São Joaquim da Barra-SP, 28 de junho de 2023. A Diretoria.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 12/07/2023 no Jornal O Dia SP.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		
Ativo	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1	2				
Aplicações financeiras	43.680	19.027				
Contas a receber de partes relacionadas	7.872	7.893				
Impostos a recuperar	4	2				
Total do ativo circulante	51.557	26.924				
Não Circulante						
Propriedade para investimento	153.891	152.708				
Total do ativo não circulante	153.891	152.708				
Total do ativo	205.448	179.632				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)		Reservas de lucros		Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício						
Outros resultados abrangentes						
Resultado abrangente do exercício						

1. Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Alcool. Em 18/01/2022 houve a alteração do exercício social da Alta Mogiana Agro S.A., sendo que o exercício social da Companhia foi alterado de 30 de abril de cada ano para 31 de março de cada ano, visando praticar um exercício social compatível com o praticado pelo mercado. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras comparativas das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que estão sendo apresentadas referem-se ao exercício societário de 11 meses (01/05/2021 a 31/03/2022). **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Contas a receber de partes relacionadas** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros aplicados na data de apresentação. **(ii) Propriedade para investimento** O valor justo das propriedades para investimento, para fins de divulgação, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídos com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo são diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias. A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2). A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2). A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2). A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2). **f. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produto é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas as propriedades para investimento mencionadas na nota 5.b, e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola, conforme nota explicativa 5.e. **g. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **14. Patrimônio Líquido d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, os titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue: **31/03/2023 (12 meses)** **31/03/2022 (11 meses)**
 Lucro líquido do exercício 31.365 23.054
 Base para cálculo das destinações:
 (-) Constituição de reserva legal (1.569) (1.153)
 Base elegível a distribuição de dividendos 29.796 21.901
 Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social) 7.449 5.475
 Não exercido findo em 31/03/2023, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 31.365, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R\$ 7.449. No exercício findo em 31/03/2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 23.054, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R\$ 5.475.

CPMI do Golpe aprova quebra de sigilos de alvos da investigação

Paraná estuda parceria com a organização Gerando Falcões para acelerar desenvolvimento social

O governador Carlos Massa Ratinho Junior recebeu na terça-feira (11) a visita de membros do ecossistema de desenvolvimento social Gerando Falcões. O grupo esteve no Palácio Iguaçu, em Curitiba, para apresentar detalhes sobre o trabalho que promove, focado no desenvolvimento econômico e social da população residente nas favelas brasileiras, e buscar parcerias com o Estado para implantação de seus projetos no Paraná.

Fundada em 2013 em Poá, no estado São Paulo, a organização atua em formato de rede para acelerar o poder de impacto de líderes em favelas do Brasil. O foco dela é em iniciativas transformadoras, capazes de gerar resultados de longo prazo, como serviços de educação, desenvolvimento econômico e cidadania em favelas, com programas de transformação sistêmica.

Na conversa com o presidente do grupo, Eduardo Lyra, o governador falou sobre as iniciativas do Governo do Estado focadas no atendimento a pessoas residentes em assentamentos precários. “O programa estadual Vida Nova, que é focado no desfavelamento, com investimentos em urbanização e regularização fundiária, é muito parecido com aquilo que o Gerando Falcões já desenvolve em outros estados”, afirmou.

Para Ratinho Junior, a sinergia entre o poder público e entidades do terceiro setor garantem mais agilidade às inici-

ativas, principalmente aquelas com foco no desenvolvimento social. “O poder público tem facilidade em executar a parte física, com obras de urbanização, infraestrutura e a construção de casas, mas muitas vezes as entidades têm mais rapidez para fazer a parte social, de treinamento e qualificação dessa comunidade”, acrescentou o governador.

Segundo Lyra, que também foi o idealizador do Gerando Falcões, a ONG está presente em milhares de favelas brasileiras para ajudar as comunidades a combaterem a pobreza. O grupo já possui parcerias com os governos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e a proposta é formalizar um termo de cooperação com o Governo do Paraná para ampliar o alcance das ações nas comunidades existentes no Estado, começando por duas comunidades de Curitiba: a Portelinha, no Santa Quitéria, e a Santos Andrade, no Campo Comprido.

“Nossa missão é transformar a pobreza em uma peça de museu e, para isso, criamos o projeto Favela 3D, que significa Digital, Digna e Desenvolvida. Por isso, vamos apresentar ao governador Ratinho Junior como uma solução para o enfrentamento à pobreza nas favelas, demonstrando os resultados que temos obtido, como a redução do analfabetismo e das taxas de desemprego, além do fim das filas em creches”, disse o presidente da ONG. (AENPR)

Os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura os ataques golpistas do dia 8 de janeiro aprovaram, na terça-feira (11), requerimentos parlamentares para que o colegiado solicite as quebras dos sigilos bancários, fiscal e de telecomunicações de pessoas e empresas alvos da investigação.

Entre os pedidos aprovados estão os que atingem o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, e George Washington de Oliveira Sousa, condenado a nove anos e quatro meses de prisão pela tentativa de atentado a bomba próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, em dezembro 2022. Ambos já prestaram depoimentos à comissão.

Os requerimentos foram aprovados, antes do início do depoimento do ex-ajudante de ordens do então presidente da República Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Acu-

sado de ter fraudado cartões de vacinação contra a covid-19, incluindo o de Bolsonaro e de parentes do ex-presidente, o militar está detido desde 3 de maio.

Cid também é suspeito de participar de uma conspiração para reverter o resultado eleitoral do ano passado, o que incluía a eventual intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seu telefone celular, peritos da Polícia Federal (PF) encontraram mensagens que Cid trocou com outros militares e que, segundo deputados federais e senadores que integram a chamada CPMI do 8 de janeiro, reforçam a tese de que o grupo tramava um golpe. A própria PF já apontou que as mesmas mensagens evidenciam que o tenente-coronel reuniu documentos para dar suporte jurídico à execução de um golpe de Estado.

Com exceção de uma breve fala inicial – na qual afirmou que, apesar da proximidade com Bolsonaro, proporcionada pelo

cargo de ajudante de ordens da Presidência, não participava das atividades relacionadas à administração pública –, Cid se manteve em silêncio, não respondendo às perguntas que lhe foram feitas.

“Os pedidos de quebra de sigilos que estamos fazendo hoje são de depoentes já ouvidos nesta comissão e que não contribuíram com os trabalhos do colegiado. Não dá para continuarmos os trabalhos da CPMI sem a quebra desses sigilos. Por isso estamos pedindo a quebra, por exemplo, de sigilos do George Washington, que veio aqui e não falou nada. Estamos pedindo a quebra, por exemplo, do sigilo dos dados do Lawand, que claramente aqui veio e mentiu nesta comissão. E estamos pedindo a quebra dos dados do ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal, que claramente, de forma escrachada, mentiu nesta comissão”, afirmou a relatora da comissão, senadora Eliziane Gama

(PSD-MA). O coronel Jean Lawand Junior é apontado como um dos interlocutores de Cid.

Apesar de o tenente-coronel Mauro Cid não ter colaborado com os parlamentares que desejam identificar as responsabilidades pela invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e da sede do Supremo Tribunal Federal, a relatora considerou a oitiva foi produtiva. “Até o fato de um depoente não falar é um fato que precisamos considerar. Porque a medida cautelar concede ao depoente o direito de não falar sobre aquilo que o incrimina. Se ele não fala sobre nada é porque tudo pode incriminá-lo”, disse Eliziane à TV Senado, referindo-se à decisão da ministra Cármen Lúcia, do STF, que autorizou Cid e Lawand a permanecerem em silêncio diante de perguntas que possam incriminá-los em quaisquer dos processos criminais a que estão respondendo. (Agência Brasil)

Alagoas ainda tem mais de 7 mil desabrigados e desalojados pela chuva

Mais de 7 mil pessoas ainda estão desabrigadas e desalojadas em razão das fortes chuvas que atingiram Alagoas desde sexta-feira (7). O balanço mais recente da Defesa Civil do estado, divulgado no fim da manhã da terça-feira (11), após baixa no nível da água dos rios da região, mostra que há 3.404 pessoas desabrigadas e 3.959 desalojadas. O boletim de segunda-feira (10) informava que havia 25.312 pessoas afetadas pelas chuvas.

Alagoas está com 32 municípios em situação de emergência devido aos estragos provocados pelas chuvas.

Na terça-feira, uma comitê formada pelos ministros da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e dos Transportes, Renan Filho, visitou áreas atingidas pelas chuvas, onde rios da região transbordaram.

A comitê visitou ainda abrigos onde estão as famílias desalojadas e desabrigadas. Antes, os ministros se reuniram no Palácio República dos Palmares com o governador do estado, Paulo Dantas, e com prefeitos dos municípios afetados pelas chuvas.

Em entrevista coletiva após a reunião, o ministro Wellington Dias disse que, inicialmente, estão sendo disponibilizados R\$ 800 por família, além de mais de 4 mil cestas básicas para as pessoas desabrigadas.

Dias informou que o cronograma de pagamentos do Bolsa Família será alterado para que os beneficiários não tenham que esperar o dia indicado para recebimento. O benefício será pago na primeira data de recebi-

mento, prevista para o dia 19. O ministro anunciou também a disponibilização de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores dos municípios afetados.

Wellington Dias disse ainda que agricultores familiares que perderam a plantação receberão auxílio de R\$ 4.600 por família para compensar os prejuízos. Também estão sendo estudadas alterações no cronograma de pagamento do Programa de Fomento de Agricultura Familiar (Pronaf) para renegociação dos empréstimos já concedidos.

Ele destacou a agilidade do governo de Alagoas e dos prefeitos dos municípios mais afetados para que ficasse pronto logo o mapeamento dos danos e houvesse condições para o reconhecimento da situação de emergência. “Isso abre a possibilidade do atendimento, tanto do estado quanto do governo federal”, afirmou Dias.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, destacou que o apoio aos municípios afetados pelas chuvas em Alagoas se dará em uma vertente emergencial e em outra pautada na mitigação, resiliência e adaptabilidade para esse tipo de evento, com base nos planos de ações humanitárias elaborados pelas municipalidades.

De acordo com Góes, ainda não há um valor fechado para envio aos estados atingidos pelas chuvas, mas a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é prestar todo apoio necessário ao estado.

“Mesmo que saia uma medida provisória, pode não ser suficiente, mas pode sobrar, por-

que isso está vinculado aos planos de trabalho. Tanto que o presidente Lula recomenda que o apoio que for necessário para amenizar o sofrimento das pessoas será garantido, como tem sido feito desde 1º de janeiro em todos os estados de Brasil”, afirmou Góes.

Segundo o ministro, a segunda parte – reconstrução da infraestrutura afetada, de moradias e outras obras — será incluída no plano de investimento em infraestrutura, anunciado pelo governo federal em abril.

“Vamos trabalhar em duas frentes: a frente da resposta em respeito à ajuda humanitária, desobstrução, limpeza e também a da reconstrução, quando há perda de patrimônio, de estradas, casas. Então, tem todo um planejamento. A Defesa Civil nacional não ficará esperando nas quatro paredes o que os municípios e o estado vão fazer”, disse.

Góes disse que o quanto for necessário vai ser colocado à disposição dos estados e municípios, de acordo com os planos de ajuda humanitária. “No final é que a gente vai saber quanto foi necessário e o quanto será liberado pelo governo federal para estados e municípios.”

Na entrevista, o governador Paulo Dantas destacou a capacitação das defesas civis municipais, pela Defesa Civil Nacional, o que agilizará a elaboração de planos de ação humanitária, para que os governos federal estaduais tenham condições legais de encaminharem a ajuda para as prefeituras.

“Tanto o governo de Alagoas quanto o governo federal encaminharão recursos para os municípios para ajudar na reconstrução do que ficou danificado

nos municípios, nas estradas vicinais e em outros pontos para que a normalidade volte a essas cidades”, disse Dantas. Ele informou que será criado um comitê com participação dos prefeitos para debater a construção de obras estruturantes para minimizar os estragos das chuvas.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, frisou a necessidade de obras estruturantes para minimizar os impactos das enchentes. Segundo ele, a pasta já liberou quase todas as rodovias federais que tiveram o tráfego interrompido. São as estradas que cortam os municípios de São Miguel dos Campos (BR-101), Belém (BR-316) e São Miguel dos Campos (BR-101).

O Banco do Brasil e a Fundação BB lançaram campanha para prestar auxílio às pessoas diretamente afetadas pelas enchentes em Alagoas. A fundação já doou R\$ 500 mil. A iniciativa faz parte do programa estrutural de Ajuda Humanitária, destinado a ações de assistência em situações de calamidade e emergência.

Os valores arrecadados serão destinados à Caritas Brasileira Regional Nordeste II, instituição sem fins lucrativos que atua na região e será responsável pela aquisição e distribuição de itens essenciais para as pessoas que necessitam de auxílio neste momento.

Para participar da campanha, as doações podem ser feitas na conta 82.000-8, agência: 1607-1, e na Chave PIX: pix.enchentesal@fbb.org.br. Também é possível fazer a doação diretamente pelo link BB Play, acessando o aplicativo BB pelo celular. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Nação Indígena Brasileira

Por Nicholas Maciel Merlone

A Amazônia se estende por mais de 50% do território brasileiro. Mais de 180 (cento e oitenta) nações indígenas residem na região amazônica, totalizando um povo de mais ou menos 208 mil pessoas. Neste território se encontra a maior biodiversidade do planeta. E os índios são moradores legítimos deste espaço.

Nos termos do artigo 231 da Constituição brasileira, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Conforme o Estatuto do Índio, Lei Federal nº 6.001/1973, em seu artigo 1º, define-se que a referida lei “regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”.

Diante do suporte jurídico acima, como o marco temporal (julgamento do STF sobre demarcação de terras indígenas) afeta os povos indígenas?

“Representantes dos povos indígenas afirmam que o marco temporal ameaça a sobrevivência de muitas comunidades indígenas e de florestas. Afirmam também que trará o caos jurídico ao País e muitos conflitos em áreas já pacificadas, por provocar a revisão de reservas já demarcadas”. (In: Câmara dos Deputados)

Nesse rumo, pode-se dizer que as “conquistas e avanços dos direitos indígenas no país ocorreram de forma gradual, em um processo histórico longo e violento. Da colonização até o reconhecimento da necessidade de proteção das identidades dos povos indígenas e das suas culturas, em 1988, um grande processo de extinção desses povos foi executado no país. Nesse sentido, a conquista por direitos representa não só uma vitória jurídica e legal, mas uma vitória na luta pela sobrevivência desses povos. Mas apenas a existência dos direitos indígenas não é suficiente. É preciso que medidas e ações, principalmente por meio de políticas públicas, sejam realizadas para que as suas garantias fundamentais sejam asseguradas. Nós, enquanto sociedade, devemos garantir não só a sobrevivência desse grupo étnico-racial vulnerável, mas também o respeito à sua dignidade.” (In: Politize. Os direitos indígenas no Brasil)

Finalmente, tão relevante quanto o julgamento do STF sobre demarcação de terras indígenas, é a garantia e efetividade dos direitos dos índios, o que deve ocorrer, como visto, por meio de políticas públicas concretas. Os índios encontram proteção normativa na Constituição e na legislação ordinária pátria, como vimos. É preciso, portanto, materializar esses direitos. Voltando ao julgamento do STF, os ministros devem atuar tecnicamente, sem usurpar as funções e atribuições de outros poderes, de modo a defender, principalmente, os reais interesses indígenas e de toda a sociedade brasileira, primando, sobretudo, pela proteção e pelo equilíbrio ambientais.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone /
C o n t a t o :
nicholas.merlone@gmail.com



Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro diz que não participava de decisões

O ex-ajudante de ordens do então presidente da República Jair Bolsonaro tenente-coronel Mauro Cid disse na terça-feira (11) que, apesar da proximidade com o ex-mandatário, não participava das atividades relacionadas à administração pública, nem questionava Bolsonaro sobre o que era discutido em reuniões e encontros com autoridades dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

“Na prática, a função do ajudante de ordem consistia, basicamente, em um serviço de secretariado executivo do ex-presidente”, explicou Cid no início de seu depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os ataques golpistas do dia 8 de janeiro, quando vândalos invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF).

“No dia a dia das reuniões e agendas do ex-presidente, recepcionávamos os participantes e os direcionávamos ao local desejado, ficando do lado de fora das salas de reunião, sempre à disposição. Não questionávamos o que

era tratado nas respectivas agendas e reuniões”, disse o militar.

Após garantir que, em 2019, assumiu a chefia da Ajudância de Ordem da Presidência da República por indicação do Comando do Exército e que sua nomeação não teve nenhuma ingerência política, o tenente-coronel destacou o fato de, ao longo de 27 anos de serviço militar, ter se destacado. Em seguida, Cid elencou algumas das tarefas de que foi incumbido durante os quatro anos em que serviu ao ex-presidente Bolsonaro.

“Execução da agenda; recepção e encaminhamento de pessoas para reuniões; atendimento de ligações e recebimento de correspondências; impressão de documentos; recebimento e entrega de presentes e auxílios nas atividades particulares e privadas do ex-presidente – almoços, viagens, finanças pessoais etc”, relacionou o militar.

O ex-ajudante de ordens está detido desde o dia 3 de maio, acusado de ter fraudado cartões de vacinação contra a covid-19, incluindo o de Bolsonaro e parentes do ex-presidente. Ele também

é apontado como um dos articuladores de uma conspiração para reverter o resultado eleitoral do ano passado, inclusive com planos de uma intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com investigações da Polícia Federal, mensagens capturadas com autorização judicial após apreensão do celular de Cid evidenciam que ele reuniu documentos para dar suporte jurídico à execução de um golpe de Estado.

Em seu telefone celular, peritos da Polícia Federal (PF) encontraram mensagens que ele trocou com outros militares e que, segundo deputados federais e senadores que integram a CPMI do 8 de Janeiro, reforçam a tese de que o grupo tramava um golpe.

Relatório de investigação produzido pela Polícia Federal registra que as mensagens mostram Cid reunindo documentos para dar suporte jurídico à execução de um golpe de Estado. Nelas, o militar teria compartilhado um documento com instruções para declaração de Estado de Sítio diante de “decisões incluídas do STF”.

Por decisão da ministra Cár-

men Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), em pedido de habeas corpus da defesa do investigado, Cid foi obrigado a comparecer à comissão, mas tem o direito de ficar em silêncio diante de perguntas que possam incriminá-lo. Direito do qual, logo no início de seu depoimento, ele disse que se valeria.

“Até onde tenho conhecimento, sou investigado pelo Poder Judiciário, especialmente pelo STF, em ao menos oito ações criminais. Entre elas, a suposta falsificação de cartões de vacina; a suposta participação e incitação dos atos de 8 de janeiro e a suposta fraude na tentativa de retirada de presentes recebidos pelo ex-presidente. Por este motivo, não poderei esclarecer diversos outros questionamentos que poderiam ser feitos para além do contexto fático relacionado aos atos golpistas de 8 de janeiro e, por orientação da minha defesa e com base na ordem do habeas corpus concedida pelo STF, farei uso do meu direito constitucional ao silêncio”, explicou o tenente-coronel. (Agência Brasil)